

HUME COMO SOLUCIONADOR DE DISPUTAS: DA LIBERDADE E DA NECESSIDADE

Kamilee Lima de Oliveira³⁰

Resumo: Tal artigo tem como objetivo fazer uma breve análise da Seção VIII do livro *Investigação sobre o entendimento humano* do autor David Hume. Nesta Seção, Hume se dedica a explicar sobre a doutrina da liberdade e da necessidade, demonstrando que nós sempre a aceitamos e que, na verdade, o que existia era uma simples controvérsia quanto aos significados dos termos empregados. Diante deste embate, o filósofo coloca como meta o esclarecimento dos conceitos de liberdade e necessidade, para que assim se possa chegar a uma solução da divergência.

Palavras-chave: Hume, liberdade, necessidade, controvérsia.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo hacer un breve análisis de la Sección VIII del libro *Investigación sobre la comprensión humana* del autor David Hume. En esta Sección, Hume se dedica a explicar la doctrina de la libertad y la necesidad, mostrando que siempre la aceptamos y que, en la verdad, lo que había un conflicto simple como a los significados de los términos usados. Antes de este choque, el filósofo pone el fin de aclarar los conceptos de libertad y la necesidad, por lo que podemos llegar a una solución de la controversia.

Palabras-clave: Hume, libertad, necesidad, controversia.

Introdução

Hume inicia a Seção “Da liberdade e necessidade” da sua *Investigação sobre o entendimento humano* nos apresentando o “problema” da definição. Segundo ele, a história da filosofia e da ciência sempre foi regada de discussões acerca dos significados dos termos usados para definir as mesmas coisas. Uma vez que os indivíduos têm aptidões mentais parecidas, eles não poderiam manter opiniões diferentes sobre as mesmas coisas, principalmente quando estão diante de uma situação que precisam defender suas posições.

30 Licencianda em Filosofia, UFS; Bacharelanda em Direito, Fanese; kamileelima2@hotmail.com

Se os homens estiverem discutindo sobre questões sobre-humanas, é compreensível que não cheguem a uma conclusão. Contudo, quando discutem sobre vida comum, a única coisa que ainda impulsiona o debate é a mera divergência quanto ao uso de expressões que, no fundo, têm os mesmos significados, como acontece com o tema da liberdade e necessidade.

David Hume afirma que os homens sempre mantiveram o mesmo posicionamento sobre liberdade e necessidade e que os filósofos, ao discutirem este problema, acabam se perdendo e deixam de entreter até o leitor mais disciplinado, que se cansa e desiste de acompanhar essa disputa nada atraente. Para resolver essa questão, o autor se propõe a oferecer uma discussão mais leve e com algumas novidades, trazendo até, um ponto final para essa controvérsia desnecessária.

Acreditando que sempre houve consenso entre os homens sobre a doutrina da liberdade e da necessidade, Hume irá demonstrar que o grande obstáculo que havia era em relação aos vocábulos.

Vejamos, então, quais os meios utilizados por Hume para alcançar seu objetivo. Ele começa com a inspeção do que seria a doutrina da necessidade.

Necessidade

Hume nos diz que, para formarmos uma ideia de necessidade, é preciso saber de onde essa ideia surge, afinal, as ideias são frutos de impressões. De acordo com as ideias de causa e efeito que ele expõe na Seção VII, nós “[...] podemos definir uma causa como sendo *um objeto, seguido por outro, e onde todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos similares ao segundo.*” (HUME, 1998, p.76). Se nos é tirada essa ideia de causalção, também seria retirada a ideia de conexão necessária. Desse modo, toda a nossa ideia de necessidade decorre da observação de que, de maneira uniforme, existe um objeto seguindo o outro, fazendo com que nossa mente infira, a partir do costume, a presença de um objeto em decorrência do outro. Com isso, podemos observar as duas circunstâncias que compõem o conceito de necessidade: conjunção constante de um objeto para outro e a inferência entre eles. Uma vez admitindo estes dois aspectos, estamos aceitando a doutrina da necessidade. Passemos, a partir de agora, a analisar estas duas circunstâncias.

Conjunção constante e inferência

Para entendermos a conjunção constante basta o reconhecimento de que somos absolutamente previsíveis, isto é, as nossas ações mantêm uma certa regularidade, os motivos que levaram determinado povo a agir de tal maneira, foram os mesmo que os dos seus antecessores. Ora, se já somos capazes de saber como foi o passado e como será o futuro, qual a utilidade da história? Bem, a história serve para pesquisar o porquê dessa constante uniformidade em termos de ação humana.

David Hume traz como exemplo de uniformização histórica a seguinte passagem:

Se um viajante, ao regressar de um país distantes, nos trouxesse um relato de homens inteiramente diferentes de alguém com que alguma vez nos familiarizamos, homens que fossem totalmente despojados de avareza, ambição ou vingança, que não conhecessem outro prazer a não ser a amizade, a generosidade e a dedicação à causa pública, imediatamente detectaríamos, a partir destas circunstâncias, a falsidade e far-lhe-íamos ver que era um mentiroso, com a mesma certeza como se ele tivesse entremeado a sua narração com histórias de centauros e dragões, milagres e prodígios. (HUME, 1998, p. 84)

Observando este e outros exemplos históricos somos capazes de entender que esse tipo de relato é contrariamente oposto ao estipulado pela natureza, o que acaba contribuindo ainda mais com a admissibilidade da doutrina que estabelece o pré-determinismo de tudo que fizemos, fazemos e faremos.

Todavia, devemos pensar na possibilidade de uma não uniformidade da natureza, o que levaria a impossibilidade de aferimento de regras gerais sobre toda a humanidade. Hume irá demonstrar que, realmente, a natureza não é tão perfeita assim, ou seja, existem algumas exceções à conjunção constante e, conseqüentemente, à inferência que fazemos dos objetos que nos são apresentados.

Exceções à conjunção constante e o papel do filósofo

Diante do que foi exposto até o momento, seria razoável acreditarmos que nossas atitudes sempre foram dotadas de uma certa constância, porém, existem algumas interferências, como os preconceitos e opiniões de cada época, que dão margem para notarmos que as ações humanas não são tão regulares assim.

O autor admite que as ações que vão contra o curso da natureza são exceções à regularidade da mesma, e o motivo para isso repousaria nos sentimentos depositados nas

relações com os objetos externos. Hume cita como exemplo os políticos, que obterão, para cada uma das suas ações, resultados diferentes, já que os seus receptores são sensivelmente diversos. Uma das questões que surgem com as exceções é: de onde nasce a contrariedade dos eventos?

Hume responde a essa pergunta dizendo que, através das observações dos filósofos, descobriremos que a conexão necessária continua existindo e que a não regularidade de alguns casos deriva da “secreta operações de causas contrárias”. Para explicar tal apontamento, o autor faz uso de uma comparação com o corpo humano. Segundo ele, quando o nosso corpo é atacado por uma enfermidade e os remédios não produzem efeitos, os médicos, já sabendo que o corpo está sujeito a doenças, não ignoram a regularidade e perfeição da máquina que é o corpo humano.

Cabe ao filósofo aplicar o mesmo raciocínio feito pelo médico às ações dos homens. Isso se dá ao entendermos que certas atitudes inesperadas tomadas por um homem podem ser explicadas a partir do conhecimento do seu caráter, pois, como sabemos, o caráter humano é altamente instável. Logo, quando “uma pessoa de disposição amável dá uma resposta impertinente; mas está com dor de dente ou não jantou” (HUME, 1998, p. 87) saberemos que a sua resposta se deu por uma atipicidade e não porque toda a regularidade natural foi afetada.

Com isso, David Hume conclui, mais uma vez, que conexão necessária e regular é tão precisa quanto a causa e efeito³¹. Tão constante ao ponto de a doutrina da necessidade ter sido pacificamente aceita e sequer ter integrado alvo de divergências.

A dependência nas ações humanas

É óbvia a interdependência existente entre os homens. Desde o nosso nascimento até a nossa morte precisamos de um semelhante, seja para que nos alimente ou para que nos enterre. Conforme dito pelo autor escocês, na medida que nos desenvolvemos, aumentamos também as nossas relações com os outros e, em virtude dessas correlações, passamos a criar expectativas quanto a resposta do destinatário de nossa ação. Desse modo, ficamos condicionados a esperar de uma ação a mesma resposta, ou seja, o que aconteceu antes continuará acontecendo no futuro.

31 Vide Seção VII da *Investigação sobre o entendimento humano*

Este cenário é muito bem arrumado pelo autor quando coloca que “Um fabricante conta tanto com o trabalho dos seus empregados para execução de alguma obra como com as ferramentas que emprega, e ficaria igualmente surpreendido se as suas expectativas sofressem uma decepção.” (HUME, 1998, p. 88).

Esta expectativa que margeia as nossas relações e que nos fazem, através da experiência, esperar do outro aquilo que foi feito no passado, sempre esteve presente na vida humana. Então, fica claro que sempre soubemos da necessidade do outro nas nossas ações, do mesmo modo que, em todo o tempo, concordamos com a doutrina da necessidade.

Fazendo uso do que foi dito por Hume na Seção VI, *Da probabilidade*, notamos que, assim como existem exceções à conexão necessária, elas existem também com relação as nossas ações dependentes. Esta afirmação é feita tendo como base esse enunciado: “Um homem que, ao meio-dia, deixa a sua bolsa cheia de ouro no chão em Charing-Cross³², tanto pode esperar que ela voará para longe como uma pena, como ele a encontrará intacta uma hora depois.” (HUME, 1998, p. 90). A partir desse exemplo, percebe-se que é provável que a bolsa seja levada, assim como é provável que ninguém toque na mesma. É possível que um empregado venha de pronto realizar a tarefa para o seu patrão, como também é possível a sua recusa.

Para confirmar a relação das nossas ações com a probabilidade de chances de elas verdadeiramente ocorrem como no passado, Hume quantifica, explicitando que “Mais da metade dos raciocínios humanos contém inferências de uma natureza semelhante, acompanhadas de mais ou menos graus de certeza proporcionados à nossa experiência de conduta usual da humanidade em tais situações particulares.” (HUME, 1998, p. 90)

Em vista de tudo que foi colocado até agora, a questão que ainda nos assola é: por que os homens reconhecem a doutrina da necessidade nas suas ações, mas não a admitem enquanto palavras?

O não reconhecimento das palavras

Hume sustenta que a disputa quanto às palavras acerca da doutrina da necessidade, mesmo com a sua aceitação universal, resulta do simples fato de os homens começarem pelo

32 Estação ferroviária localizada na cidade de Westminster, Inglaterra

ponto errado da questão, como fica explicitado nesse trecho do seu texto, que além da indicação do ponto sensível, traz uma solução:

Parece, pois, que os homens começam pelo lado errado da questão acerca da liberdade e da necessidade, ao ingressarem nela através do exame das faculdades da alma, da influência do entendimento e das operações da vontade. Discutam primeiro uma questão mais simples, a saber, as operações do corpo e da matéria bruta não inteligente, e experimentem se podem formar alguma ideia de causação e necessidade, exceto a de uma constante conjunção dos objetos, e a subsequente inferência da mente de um para o outro. (HUME, 1998, p. 91)

Com isso, fica esclarecido o motivo que, para o filósofo, levou a essa permanente divergência vocabular. Quando aceitamos a conjunção constante e a inferência como circunstâncias da necessidade, não se tem que falar em qualquer tipo de disputa, a não ser que seja por falta de entendimento referente aos termos. Não obstante, ao acharmos que existem outras circunstâncias fora as já apresentadas, nunca se chegará a um ponto comum dessa grande discussão, sendo que “O único método de elucidação é subir mais alto, perscrutar o estreito alcance da ciência quando aplicada as causas materiais e convencer-nos de que tudo o que dela sabemos é a constante conjunção e a inferência acima mencionadas.” (HUME, 1998, p. 91)

Liberdade

Dando andamento a Seção VIII, Hume começa a falar da liberdade no que diz respeito às nossas ações voluntárias. De maneira brilhante, o filósofo escocês define liberdade como “um poder de agir ou não agir, segundo as determinações da vontade” (HUME, 1998, p. 93). Deve-se deixar claro que essa liberdade não implica em dizer que as ações não estão conexas e que acontecem soltas, ao contrário, a liberdade reside em poder ou não praticar certo ato. Ademais, é óbvio que não encontramos tal liberdade de escolha naqueles que estão presos.

De acordo com Hume, para que se possa obter uma definição incontestável de liberdade, é preciso que dois pontos sejam considerados. Primeiro, é preciso que a liberdade esteja em consonância com a questão de fato e, de forma secundária, a liberdade deve estar em consonância com ela mesma. Desse modo, havendo essas duas circunstâncias, não existiria divergência no que concerne a liberdade.

Ressalvando que nada existe sem uma causa, o autor corrobora com a ideia de que o acaso não existe e que nada significa, diferentemente de Aristóteles, que na sua *Física II*

afirma: “o acaso e o espontâneo são algo” (ARISTÓTELES, 2013, p. 52). Segundo Hume, aqueles que argumentam em favor da existência de causas necessárias e outras não necessárias, provavelmente, não conhecem a definição de conexão necessária, uma vez que todas as causas estão necessariamente conexas com seus efeitos, gerando a inferência que fazemos de um objeto para outro.

Com isso, entende-se que se alguém afirma a realidade de causas não necessárias, estará ignorando toda a doutrina da necessidade e, por consequência, também estará negando a liberdade, assim como se nega a existência do acaso.

A leitura desses tópicos sobre liberdade nos faz pensar sobre a ideia de plena liberdade. Como o próprio Hume nos disse, liberdade é a oportunidade de escolhermos seguindo a nossa vontade. Mas não estaria até a nossa vontade delimitada? Afinal, podemos fazer tudo, desde que, por exemplo, uma lei não nos proíba. E talvez a nossa vontade queira ir além do que a lei disse que não pode ser feito. Não dispondo de plenitude de vontade, não se tem total liberdade. Portanto, refletir sobre liberdade implica em reflexão sobre a sua existência como algo absoluto. Seria, talvez, mais correto falar em autonomia ao invés de liberdade.

O projeto reconciliador

Na parte II da Seção VIII, Hume continua tentando reconciliar liberdade e necessidade. Ele dá início a essa parte narrando que é muito comum a refutação de hipóteses através da demonstração de possíveis consequências negativas para a religião e a moralidade. Segundo ele, esse tipo de manobra argumentativa não prova que uma hipótese é falsa só porque traz consequências ruins. Hume afirma isso para sustentar que liberdade e necessidade estão de acordo com a moralidade e com a religião, tanto que são de extrema importância para a moral religiosa.

A necessidade, nas suas duas facetas (conjunção constante e inferência) é aceita universalmente como algo vinculado à vontade dos homens e que, como dito durante todo o trabalho, a exclusiva discussão que pode surgir é sobre o uso do termo. Contudo, apesar da exequível discussão terminológica, não surgirá nenhuma consequência para a moral e a religião.

Adiante, David Hume coloca que todas as punições previstas em leis são causas, visto que os castigos e repreensões são impostas visando o aumento de boas condutas e redução das más. Logo, se praticamos um crime, seremos punidos, tal punição será a causa para a não reiteração daquele comportamento ilícito, pelo menos é essa a expectativa, visto que já sabemos das probabilidades.

Aqueles que não reconhecem a doutrina da necessidade acreditam que a vingança é um sentimento momentâneo causado por uma pessoa que possua algum tipo de relação com o vingador. Dessa maneira, o que se vinga não pode ser repreendido, pois não é responsável por uma única ação que vai contra ao seu caráter idôneo. Diante disso,

[...] segundo o princípio que nega a necessidade e, portanto, as causas, um homem fica tão puro e incorrupto, depois de ter cometido o crime mais horrendo, como no primeiro momento do seu nascimento, nem a sua índole está de maneira alguma implicada nas suas ações, dado que dela não derivam [...] (HUME, 1998, p. 96)

À luz desse mesmo pensamento, os homens que agem tomados de ignorância não deverão ser censurados porque as suas ações tiveram princípios momentâneos, bem como aqueles que agem sem prévia elaboração, uma vez que ações tomadas por impulso acontecem de maneira esporádica.

Estando esclarecido o papel fundamental da necessidade no que diz respeito a moralidade e religião, David Hume se debruça agora sobre a importância na liberdade. O autor enaltece que ações de liberdade são desprovidas de qualidades morais, de modo que não podem ser alvo de julgamento.

Isto posto, o filósofo assume que ainda não conseguiu solucionar todos os obstáculos colocados diante das doutrinas da necessidade e da liberdade. A objeção consiste em dizer que: se as nossas ações seguem a doutrina da necessidade, existiria uma cadeia de causas necessárias, desde a causa primeira até a causa que determina as mínimas ações dos homens. Admitindo que Deus é a causa original, seremos obrigados a afirmar que todas as nossas atitudes decorrem da causa inicial, o Criador. Entretanto, emerge uma questão. Se Deus é a causa que deu início a todos os nossos atos, ele, apesar da sua extrema benevolência, também seria responsável pelos atos ruins exercidos pelas suas criaturas?

Essa pergunta poderá ser respondida de duas maneiras, que são: i) as ações humanas nunca são imorais por serem consequência de uma causa grandiosamente boa; ii) as ações

humanas imorais também são de responsabilidade de Deus, retirando, assim, a sua intacta perfeição.

Para a primeira opção, Hume diz que alguns filósofos, como os estóicos, defendem que toda a criação divina é perfeita, sendo o mal uma condição intrínseca do todo benevolente, ao ponto de nem o próprio Criador ser capaz de eliminar a maldade do mundo. Esse posicionamento nos leva a crer que todos os males que sofremos durante a nossa existência é um meio que serve para alcançarmos o tão sonhado final feliz.

A segunda resposta é mais complexa, já que é muito difícil convencer e ser convencido de que se um homem que mata seu semelhante é responsável pelo seu ato, o Autor da primeira causa será igualmente responsável, em virtude do encadeamento necessário de causas. Entender que a Divindade é a causadora de todas as nossas ações, inclusive as más, mas não é a responsável por todas as imoralidades requer um discernimento que vai além do suportado pela nossa razão.

Conclusão

Perante ao exposto, podemos concluir que David Hume cumpre com o que foi prometido, mostrar que nunca deveria ter existido divergência no tocante a necessidade e a liberdade, uma vez que essas doutrinas sempre foram aceitas universalmente.

Na primeira parte deste trabalho tratamos de explicar a doutrina da necessidade e os seus dois aspectos, a conjunção constante e a inferência mental de um objeto para outro. Além disso, também foi exteriorizado que até mesmo a mais constante uniformidade sofre exceções, graças a interferência de causas opostas ocultas.

Dando continuidade, analisamos a interdependência que impera nas relações humanas, ficando patente que a uniformidade das nossas ações nos cria uma expectativa em relação a atitude do nosso destinatário. Isto é, necessariamente, esperaremos o mesmo do outro.

Fechando a primeira parte da dissertação, foi examinada a questão que, talvez, seja a base de toda a Seção VIII da investigação do filósofo Hume, trata-se do irreconhecimento das doutrinas por conta de uma mera confusão de nomenclatura. De acordo com ele, este não reconhecimento acontece porque investigamos primeiro questões mais complexas do que as sobre a matéria, por exemplo.

Em seguida, falamos da liberdade como aquilo que dispomos para agir de acordo com a nossa vontade, liberdade esta que deve estar em consonância com ela mesma e com a questão de fato. Nesse momento foi feita uma simples reflexão sobre a concretude da liberdade, uma vez que, segundo o nosso ponto de vista, não existe plena liberdade se estamos desde sempre determinados e limitados. Se é livre quando só se pode escolher entre coxinha de frango ou de queijo? Talvez desejemos uma de carne.

Na última parte da seção, Hume prova que liberdade e necessidade são essenciais para moralidade e religião, além do mais, sana mais algumas objeções, como a da cadeia necessária de causas. Como um bom ateu, o filósofo se pergunta e responde como Deus, o causador inicial, ser tão bom e, ao mesmo tempo, o provocador de ações repulsivas.

Ao longo de toda construção do presente trabalho, percebemos o quão caprichosamente a *Investigação sobre o entendimento humano* foi escrita por David Hume, de maneira tal que nos guia para descobertas sobre nós mesmos, ficando evidente que estamos condicionalmente ligados uns aos outros e que tudo que fazemos está estritamente conectado.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Física I e II*. Editora Unicamp: 2º reimpressão, 2013.

HUME, David. *Uma Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 1998.